

Quem disse ?

«A rosa é o símbolo do partido enquanto flor, mas a nossa cor é o vermelho»

João Soares
Restaurante Caleidoscópio
16 de Setembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



NAS BANCAS

Parlamento reprovam moção de censura ao Governo

Nova derrota do PSD

A abertura do ano parlamentar, ontem (quarta-feira), foi marcada por mais uma dura derrota para o PSD de Durão Barroso, que lançou uma moção de censura para tentar derrubar o Governo, mas que apenas foi apoiada pelo PP de Paulo Portas. Ao longo do debate, os socialistas conseguiram demonstrar que a moção de censura do PSD apareceu completamente fora de tempo, já sem qualquer motivo de fundo para que a justificasse. Pior do que isso, como salientaram o Governo e o PS, a moção de censura resumiu-se a um acto de disputa entre os dois partidos de direita e foi um acto totalmente irresponsável, porque o PSD se revelou incapaz de apresentar qualquer solução alternativa para o país.

Também contrariando as previsões catastróficas do PSD e do PP sobre a situação económica do país, na terça-feira, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou a previsão de que a economia portuguesa crescerá 3,4 por cento no corrente ano e 3,5 por cento no ano de 2001. Estas previsões do FMI, saliente-se, são inclusivamente mais optimistas do que as avançadas pelo Governo de António Guterres nas Grandes Opções do Plano. O FMI também é mais optimista do que o próprio Governo português em matéria de inflação.

O Word Economic Outlook, relatório sobre a economia mundial do FMI, prevê para a zona do euro crescimentos de 3,5 e 3,4 em 2000 e em 2001, o que significa que, no próximo ano, Portugal continuará em convergência real com a União Europeia no próximo ano.

Finalmente, o FMI prevê também que o desemprego continue a baixar em Portugal, situando-se em 4,1 por cento da população activa no final deste ano. Mas o desemprego voltará a reduzir-se em 2001, atingindo apenas os quatro por cento.

Presidente da República apela ao diálogo

Governo adverte Chumbar orçamento é uma grande irresponsabilidade



O Presidente da República apelou sexta-feira, durante a cerimónia de inauguração do novo aeroporto da Madeira, ao diálogo entre as forças políticas para que a apresentação do Orçamento de Estado de 2001 se desenrole sem dramatismos na Assembleia da República. Também o ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, comentou a ideia do CDS-PP de levar o Governo a apresentar uma moção de censura no Parlamento, acusando Paulo Portas de querer fomentar de forma irresponsável a instabilidade política e a realização de eleições legislativas antecipadas. O Governo, pelo contrário, como frisou Jorge Coelho, quer estabilidade política e está disponível para um consenso com outras forças políticas para a viabilização do próximo Orçamento. Por sua vez, o ministro da Presidência, Oliveira Martins, sublinhou os prejuízos que resultam para um país condicionado ao regime de duodécimos.

Política

Programa anunciado pelo ministro Jorge Coelho Quatro mil milhões de contos para desenvolver os transportes



Quatro milhões de contos, a uma média anual de 578 milhões, é quanto vai ser investido em Portugal nos próximos seis anos no sector dos transportes, contemplando novas acessibilidades e a melhoria das infra-estruturas. Esta verba foi anunciada segunda-feira pelo ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, e está inscrita no Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes.

Sociedade & País

Informatização da Justiça Distribuição de processos em poucos minutos



Este é um dos ganhos do programa de Gestão do Processo Civil, ao abrigo da informatização dos tribunais em curso até 2001, e que segunda-feira foi demonstrada em Lisboa pelo subdirector-geral da Administração da Justiça, Joaquim Calado, uma cerimónia que contou com a presença do ministro da tutela, António Costa, e de altas individualidades forenses.



Usufruir a Cidade

Comemora-se amanhã o Dia Europeu sem Carros, mostrando que é possível circular com qualidade nas cidades sem recorrer ao carro. A este desafio lançado pelo Ministério do Ambiente aderiram as cidades de Aveiro, Beja, Évora, Leiria Lisboa e Porto e ainda a vila de Sintra.

Esta iniciativa que é aplaudida pelas associações ambientalistas que aproveitam também a iniciativa para sensibilizarem os portugueses para a necessidade de evitarem, não só neste dia, mas em todos os outros a utilização do automóvel como meio de se deslocarem para o emprego. O automóvel é actualmente o meio de transporte mais poluente, responsável por emissão de CO₂ num valor 43 vezes superior ao emitido se a mesma viagem for efectuada por comboio.

Além disso o automóvel apresenta uma taxa muito reduzida de ocupação, não chegando na maioria das vezes a atingir uma média de dois passageiros, segundo o estudo recentemente realizado pelo Quercus com o apoio da Direcção-Geral dos Transportes. Esta foi a conclusão resultante de um estudo comparativo efectuado entre os três principais meios de transporte – automóvel, comboio e autocarro -, existentes nos principais corredores de acesso à área metropolitana de Lisboa.

O Dia Europeu sem Carros é uma acção europeia que começou em França em 1998 e de mais 11 do resto da Europa. Trata-se de uma iniciativa verdadeiramente meritória cujo objectivo se prende com a consciencialização da população para uma utilização mais racional do automóvel, para o grave problema da poluição sonora e atmosférica originadas pelo aumento desenfreado do tráfego rodoviário e, desta forma, incentivar os portugueses a utilizarem cada vez mais os transportes públicos.

A iniciativa que pretende ficar na memória de todos como uma experiência positiva é sobretudo tributo à vida saudável e com qualidade que se pode e deseja, cada vez mais, ter nas cidades. Em contraponto ao abuso do automóvel, este Dia sem Carros coloca o direito à qualidade do ar que respiramos, ao bem-estar e à redução para níveis aceitáveis do ruído e da poluição atmosférica.

Os sete municípios que aderiram a esta meritória iniciativa acabam por transformar o dia 22 de Setembro num dia de festa. Sem excepção, todos eles elaboraram um conjunto de actividades lúdicas, desportivas e culturais, por forma a promover os meios de transporte alternativos, o desporto e uma vida mais saudável e menos stressante.



VASCO FRANCO ARRASA MILTON FRIEDMAN

A edição de 16 de Setembro de 1982 do «Acção Socialista» estava recheada de boa informação: bons artigos de opinião e doutrinários, ampla cobertura da intensa actividade das estruturas do PS, dos trabalhos parlamentares, entrevistas.

No entanto, pela sua oportunidade e acutilância, um artigo do camarada Vasco Franco tinha lugar de destaque.

No referido artigo intitulado «Liberdade para explorar», o camarada Vasco Franco desmontava e arrasava as teses ultraliberais de Milton Friedman, o guru de muitas políticas económicas seguidas pelos conservadores em várias partes do mundo (Reagan na América, Pinochet no Chile, Thatcher na Inglaterra), e que na RTP dirigida por Proença de Carvalho tinha honra de programa.

O Programa chamava-se «Liberdade para Escolher». Era meia hora de intoxicação das virtudes da teologia do mercado e da «mão invisível».

J. C. CASTELO BRANCO

16 de Setembro

Quem disse?

«A notoriedade do prof. Friedman não teria acontecido se as suas ideias não tivessem algo de bom. Têm certamente. Para as multinacionais, para as grandes indústrias, para aqueles que gostariam de não estar sujeitos a quaisquer regras para poderem impor as suas próprias regras»

Vasco Franco



Sampaio apela ao diálogo para viabilização do OE

O Presidente da República apelou no dia 15 ao diálogo entre as forças políticas para que a apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República «se desenrole sem dramatismos».

Jorge Sampaio fez este apelo durante a inauguração do novo aeroporto da Madeira.

«O tema da estabilidade e governabilidade políticas está de novo colocado perante nós», acentuou.

O Chefe de Estado reconheceu que Portugal vive um «momento singular» perante o quadro de apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República, cabendo a cada um o cumprimento das suas responsabilidades e frisando que as suas são para com todos os portugueses.

Por isso, lembrou que «como tem acontecido todos os anos, à apresentação do Orçamento de Estado na AR corresponderá um diálogo alargado tendo em vista a sua votação».

«A evolução das conjunturas políticas e



económicas em todas as suas vertentes, em especial a externa, mostram a complexidade das condições de governabilidade do país», disse.

Por sua vez, o primeiro-ministro, António Guterres, destacou o seu empenho na criação de uma nova lei das Finanças Locais que se «traduziu no maior aumento de sempre de transferências do Estado para a Região e num aumento do apoio do III Quadro Comunitário de Apoio».

Pesca local: aprovados 390 projectos

A Secretaria de Estado das Pescas aprovou recentemente o apoio financeiro de 390 projectos da pesca local, representando um investimento global de 790 mil contos e um apoio público de 303.800 contos.

A homologação destes apoios por parte do secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, insere-se no regime de financiamentos à pequena pesca – designado por SIPESSCA –, o qual é realizado apenas com fundos nacionais, distribui-se ao longo de toda a costa continental e inclui 169 construções de pequenas embarcações, por substituição de embarcações mais velhas, e 221 projectos de modernização.

Recorde-se que a pesca local tem em Portugal um forte cariz social e cultural, de identidade local e regional, ao longo de cerca de 180 comunidades piscatórias. Esta relevância sociocultural levou o Governo a canalizar, nos últimos anos, importantes apoios financeiros para a renovação e modernização da frota local. No período entre 1994 e 1999 – com recurso aos fundos comunitários –, a Secretaria de Estado das Pescas apoiou 289 projectos de construção, 1222 de modernização na pequena pesca, num investimento global de 36 milhões de contos e um financiamento público de 16 milhões de contos.

Cinema: mais de 260 mil contos para produções portuguesas

Mais de 260 mil contos vão ser distribuídos pelos três concursos de apoio financeiro a projectos cinematográficos, anunciou, no dia 18, o Instituto de Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM).

Os filmes «Loucura de Amor», de Vicente Miranda, «A Praia Negra», de Michel Piccoli, e «História de Lena», de Gonzalo Jaipa, vão receber apoio financeiro no valor de 20 mil contos cada um.

Os três filmes vencedores do Concurso de Apoio Financeiro Selectivo a Co-Produções foram escolhidos, entre 12 projectos, por um júri composto por Assis Ferreira, Carlos Assis de Brito e Fernanda Calçada.

O Concurso de Apoio Financeiro Selectivo ao Desenvolvimento de Projectos de Animação atribuiu 1250 contos a cada um dos seguintes projectos: «O Beco das

Sardinheiras», da Mega T – Produção de Filmes, «Fadas e Xarilas», de Sandra Colaço, «Histórias do Jeremias», de Carlos Silva, e «Luna», de Irina Calado.

O júri deste concurso foi constituído por António Reis, Margarida Vitória Pereira e Pedro Bandeira Freire.

«As Aventuras de Mólí», de Ricardo Blanco, «As Ficções do Assombro», da Animamostra, e «Os Contos Tradicionais», de António Campelo, são as três séries de animação que receberão 20 mil contos de apoio financeiro, no âmbito do Concurso de Apoio Selectivo a Séries e Longas-Metragens de Animação.

Ainda no mesmo concurso, a longa-metragem do realizador Luís Mata Almeida, «As Aventuras de João Sem Medo», receberá um apoio de 130 mil contos.

GOVERNO ADVERTE: CHUMBAR ORÇAMENTO É UMA GRANDE IRRESPONSABILIDADE

O Presidente da República apelou sexta-feira, durante a cerimónia de inauguração do novo aeroporto da Madeira, ao diálogo entre as forças políticas para que a apresentação do Orçamento de Estado de 2001 se desenrole sem dramatismos na Assembleia da República. Também o ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, comentou a ideia do CDS-PP de levar o Governo a apresentar uma moção de censura no Parlamento, acusando Paulo Portas de querer fomentar de forma irresponsável a instabilidade política e a realização de eleições legislativas antecipadas. O Governo, pelo contrário, como frisou Jorge Coelho, quer estabilidade política e está disponível para um consenso com outras forças políticas para a viabilização do próximo Orçamento. Por sua vez, o ministro da Presidência, Oliveira Martins, sublinhou os prejuízos que resultam para um país condicionado ao regime de duodécimos.

Como sublinhou o chefe de Estado no Funchal, «o tema da estabilidade e governabilidade políticas está de novo colocado perante nós». Nesse contexto, Jorge Sampaio reconheceu que Portugal vive um «momento singular» perante o quadro de apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República, cabendo a cada um o cumprimento das suas responsabilidades – isto, depois de frisar que as suas próprias responsabilidades, enquanto chefe de Estado, são para com todos os portugueses. Por isso, o Presidente da República lembrou que, «como tem acontecido todos os anos, à apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República deverá corresponder um diálogo alargado, tendo em vista a sua votação». A evolução das conjunturas económicas e políticas em todas as suas vertentes, em especial a externa, mostram a complexidade das condições de governabilidade do país», afirmou. Por sua vez, o primeiro-ministro, António Guterres, destacou o seu empenho na criação de uma nova Lei das Finanças Locais, que se traduziu «no maior aumento de sempre de transferências do Estado para a Região Autónoma da Madeira e num aumento do apoio através do III Quadro Comunitário de Apoio». Já quanto à importância do novo aeroporto internacional da Madeira para a região e para o país, o Presidente da República sublinhou que esta obra resultou da



solidariedade institucional e coesão nacional. O novo aeroporto tem uma pista de 2781 metros, uma plataforma de estacionamento para 16 aeronaves de médio porte, ou duas de grandes dimensões, e 14 do tipo A 320. A nova aerogare do aeroporto tem capacidade para receber três mil passageiros por hora, 3,5 milhões por ano, enquanto o terminal de carga pode dar resposta a 16 mil toneladas de carga.

Preservar a solidariedade nacional

Jorge Sampaio destacou que esta obra resulta de um conjunto de princípios que incluem a «visão estratégica» para o desenvolvimento do país, a «solidariedade institucional e territorial» e a estabilidade e continuidade nas opções estratégicas fundamentais para Portugal. «Independente das naturais divergências entre partidos, com programas e iniciativas distintos, importa que permaneça sempre em aberto a capacidade de eles concentrarem entre si as grandes linhas mestras de que depende o nosso futuro colectivo», declarou ainda Jorge Sampaio. Já o primeiro-ministro destacou que a inauguração do novo aeroporto representou um «dia de festa para a Madeira e para Portugal», lembrando que a obra resultou da conjugação de vontades do governo regional e dos executivos da República. António Guterres adiantou ainda que a obra expressa três princípios essenciais: o da solidariedade, da

afirmação da autonomia e o da projecção das entidades da República nas regiões autónomas no domínio do transporte aéreo, controlo de tráfego aéreo e da defesa aérea. Para o chefe do Governo, estes princípios são simultaneamente condição de soberania nacional no Atlântico Norte» e «independentes das cores partidárias daqueles que num dado momento se empenham em funções de responsabilidade na República ou na região».

De acordo com o Primeiro-Ministro, a solidariedade «é indispensável para poder oferecer progressivamente a todos os portugueses a igualdade de oportunidades» e criar as condições para a afirmação das autonomias regionais. O primeiro-ministro anunciou ainda que o sistema integrado de comando e controlo aéreo de Portugal vai representar investimentos significativos em matéria de radares na ilha do Porto Santo, importantes para a afirmação da soberania nacional nesta região.

PP quer derrubar o Governo

Na véspera, na quinta-feira, após mais uma reunião do Conselho de Ministros, Jorge Coelho disse que o PP, ao propor ao Governo a apresentação de uma moção de censura, deseja apenas abrir uma crise política, derrubar o Governo e provocar eleições legislativas antecipadas. O ministro de Estado e do Equipamento Social frisou que o Governo, pelo contrário,

está empenhado na estabilidade política e no desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo que acentuava o empenhamento do Governo na aprovação do próximo Orçamento de Estado, Jorge Coelho enunciou os diversos inconvenientes que resultariam para o país de uma eventual rejeição do diploma no Parlamento. Por seu turno, o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, lembrou que, hoje, na Europa, «não há países com regimes de duodécimos», sistema a que Portugal estaria sujeito, caso o Orçamento de Estado de 2001 fosse chumbado pelo Parlamento.

Interrogado sobre a remodelação governamental, Jorge Coelho manifestou o seu total apoio à nova orgânica do Governo decidida pelo primeiro-ministro, considerando ainda que, para o substituir na pasta da presidência, António Guterres «não poderia ter encontrado melhor pessoa» do que Oliveira Martins. O ministro de Estado considerou igualmente que a moção de censura do PSD faz parte «de um clima de competitividade que existe nos partidos de direita para ver quem é que é mais oposição, mas que foge completamente ao que o país necessita para o seu progresso e desenvolvimento». Relativamente à aprovação do Orçamento, Jorge Coelho frisou que o Governo está disponível «para tentar encontrar soluções de entendimento no quadro partidário». Sublinhando a sua convicção de que o país não quer instabilidade nem eleições antecipadas», Jorge Coelho mostrou-se convencido de que os partidos da oposição «terão uma reflexão» a fazer para que os leve a que não sejam «responsabilizados pelos portugueses» pela abertura de uma crise política.

No mesmo sentido que Jorge Coelho, o ministro da Presidência frisou igualmente que o eventual chumbo do Orçamento de Estado de 2001 representaria «uma grave irresponsabilidade», até porque nos planos já estabelecidos pelo Governo está um apreciável crescimento do investimento público, bem como um desagravamento fiscal para a maioria das famílias portuguesas. Ainda sobre os regimes de duodécimos na condução de um país, o ministro lembrou o caso italiano, país em que se chegou à conclusão que esse sistema é extremamente prejudicial. Prejudicial, explicou, «porque há compromissos no plano social e económico que têm de ser assumidos. Desde que existe o objectivo de convergência nominal e real na União Europeia, tem havido a preocupação de encontrar no contexto nacional mecanismos que permitam ultrapassar essas situações e os riscos que lhe foram referidos», acrescentou ainda Oliveira Martins.

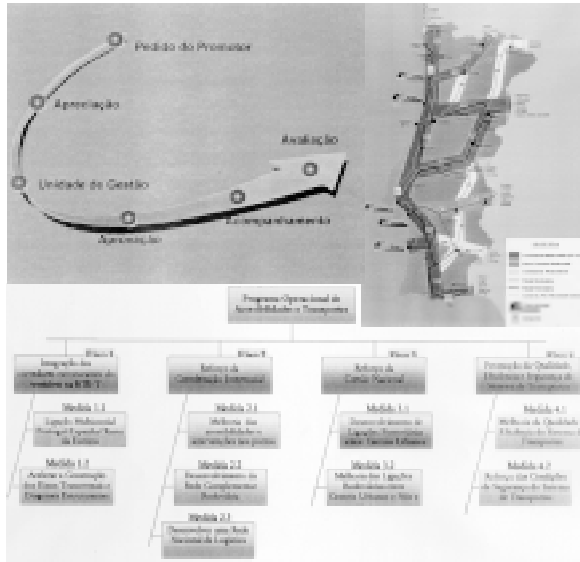
EQUIPAMENTO

Programa anunciado pelo ministro Jorge Coelho

QUATRO MIL MILHÕES DE CONTOS PARA DESENVOLVER OS TRANSPORTES

Quatro milhões de contos, a uma média anual de 578 milhões, é quanto vai ser investido em Portugal nos próximos seis anos no sector dos transportes, contemplando novas acessibilidades e a melhoria das infra-estruturas. Esta verba foi anunciada segunda-feira pelo ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, e está inscrita no Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes. O sector rodoviário, com 2330 milhões de contos (57,5 por cento) absorve a maior fatia do investimento total, seguindo-se os 884 milhões de contos para o desenvolvimento das infra-estruturas ferroviárias.

De acordo com o plano segunda-feira apresentado pelo Governo socialista, para a rede do metropolitano, estão previstos 404 milhões de contos e para o desenvolvimento das infra-estruturas aeroportuárias 298 milhões de contos. No sector marítimo, o Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes prevê um investimento de 235 milhões de contos e para a vertente logística estão contemplados 40 milhões de contos, havendo ainda uma verba de 50 milhões de contos para projectos específicos. O Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes terá uma forte componente de investimento privado, nomeadamente no âmbito das concessões, ascendendo a 1650 milhões de contos. Do Orçamento



de Estado para o Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes serão provenientes 1538 milhões de contos e dos fundos comunitários 882 milhões de contos. O investimento co-financiado pelo III Quadro Comunitário de Apoio, entre 2000 e 2006, é de 1860 milhões de contos,

ou seja, 46 por cento do total. O Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes, que prevê a criação da figura de um coordenador regional, visa desenvolver articuladamente uma rede de infra-estruturas e transportes numa perspectiva descentralizada e de

internacionalização de Portugal. De acordo com o ministro de estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, o total de quilómetros da rede de auto-estradas será duplicado e até ao ano 2006 serão concluídos os troços que faltam do IP1, IP2, IP3, IP4, IP6, IP8 e IP9. O ministro de Estado e do Equipamento Social sublinhou ainda a criação de cinco plataformas logísticas em Lisboa, Porto e Aveiro. Durante a vigência deste programa, será lançada a terceira travessia do Tejo, em Lisboa, e o novo aeroporto internacional da Ota. Serão ainda melhorados os acessos aos portos de Lisboa, Setúbal, Leixões e Aveiro e reforçadas funções na área energética do porto de Sines.

Antes da apresentação do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes foi assinado um protocolo pelo ministro de Estado e do Equipamento Social e pelo presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP), Rocha de Matos, que cria o Observatório das Infra-estruturas de Transportes. O observatório é um organismo de concertação estratégica que vai identificar as prioridades na programação dos investimentos em infra-estruturas e obras públicas nos sectores rodoviário, portuário e rodoviário. O objectivo do observatório é apoiar tecnicamente o Ministério do Equipamento Social, por forma a articular a área dos transportes e acessibilidades com oferta empresarial, conferindo às empresas mais e melhor competitividade. Sobre o observatório, o ministro Jorge Coelho considerou que pode representar um salto qualitativo no domínio da análise e do desenvolvimento do País.

ECONOMIA

Previsões

FMI SUPERA EXPECTATIVAS DO GOVERNO

A economia portuguesa crescerá 3,4 por cento este ano e 3,5 por cento em 2001. São estas as previsões avançadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), uma análise mais optimistas do que a do Governo socialista nas Grandes Opções do Plano 2001 (de 3,3 e 3,4 por cento, respectivamente). O «World Economic Outlook», relatório sobre a economia mundial do FMI, tornado público no passado dia 19, prevê para a zona euro crescimentos de 3,5 e 3,4 por cento em 2000 e 2001, o que significa que Portugal divergiria ligeiramente este ano, com um crescimento 0,1 pontos inferior à média da União Económica e Monetária

(UEM), mas voltaria já a convergir no próximo, com um acréscimo de PIB 0,1 pontos superior. Relativamente à União Europeia (UE), o País teria um crescimento igual à média da

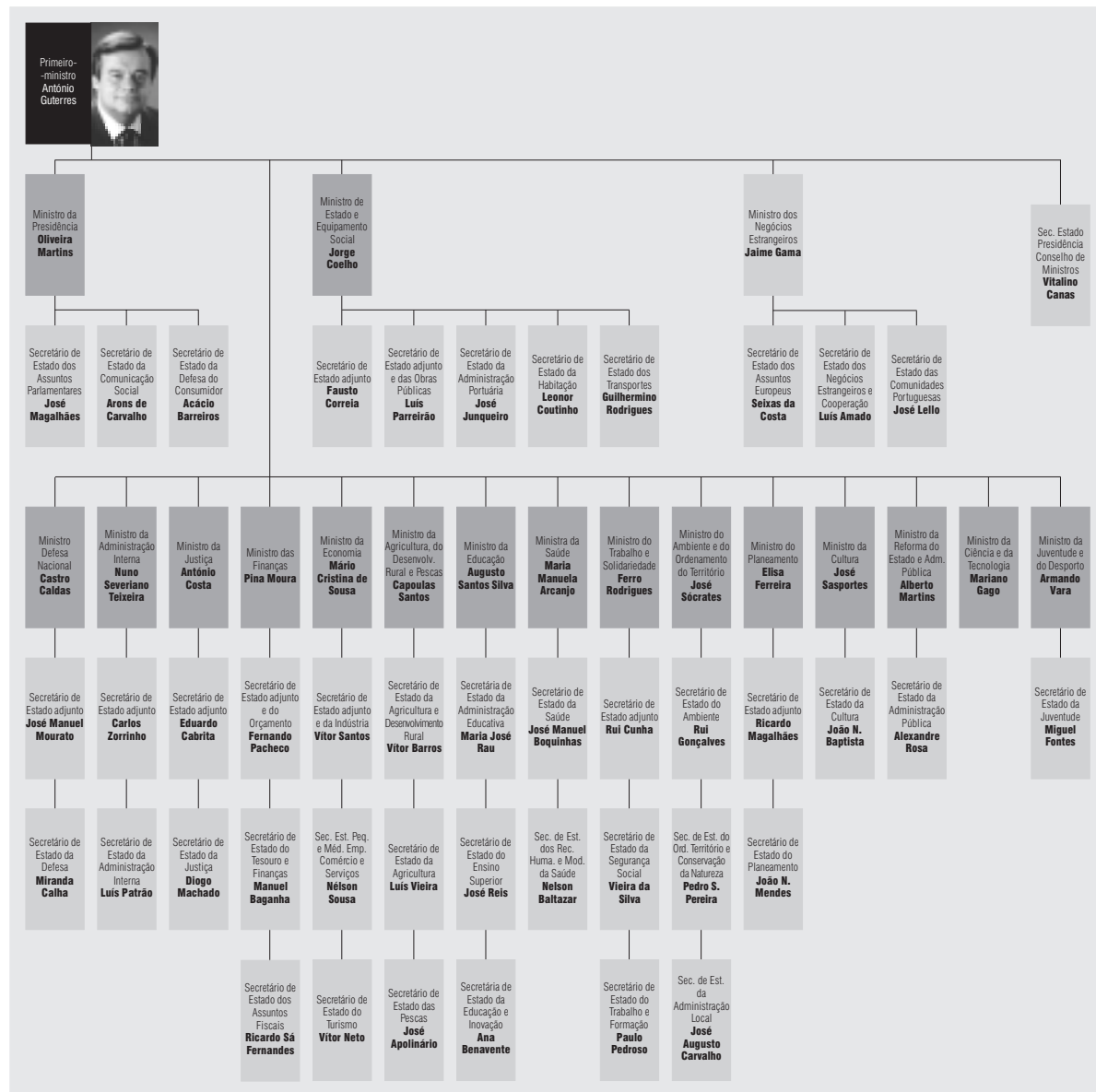
	1999	2000	2001
Cresc. do PIB	3,0	3,4	3,5
Inflação	2,2	2,5	2,3
Taxa de desemp.	4,4	4,1	4,0
Défica da balança corrente (% PIB)	8,8	10,4	10,5

UE em 2000 e em 2001 convergiria, com um crescimento 0,2 pontos superior aos 3,3 por cento previstos para a Comunidade no próximo ano. O FMI espera para Portugal uma inflação de 2,5 por cento este ano e de 2,1 por cento no próximo, neste caso sendo as previsões largamente mais optimistas do que as projecções governamentais. O Executivo português, nas Grandes Opções do Plano para 2001 (GOP 2001), prevê um deflador do consumo privado de 2,7 por cento este ano e no próximo. O FMI prevê também que o desemprego continue a baixar em Portugal, situando-se em 4,1 por cento da população activa este ano e voltando a reduzir-se para 4,0 por

cento no próximo ano. O texto do relatório destaca como calcanhar de Aquiles específico da economia portuguesa no contexto da zona euro o grande défice da balança corrente em Portugal. Segundo cálculos do FMI, em Portugal o défice da balança corrente medido sobre o PIB deverá crescer de 8,8 por cento em 1999 para 10,4 por cento este ano, com o rácio a aumentar para 10,5 por cento no ano 2001. O «World Economic Outlook» revela que a despesa em tecnologias da informação representou em Portugal cerca de 5 por cento do PIB em 1997, o que coloca o País em décimo-sétimo lugar entre 19 países da OCDE considerados.

XIV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Com a tomada de posse dos secretários de Estado pelo Presidente da República no dia 18, fica completo o XIV Governo Constitucional. Trata-se de um novo Executivo, na sequência de uma remodelação efectuada pelo primeiro-ministro António Guterres. É uma equipa governamental que sofreu ajustamentos, com caras novas e mudanças de pasta, situação perfeitamente normal em qualquer democracia, de forma a garantir uma ainda maior eficácia na implementação do programa de Governo sufragado de forma inequívoca há cerca de um ano pelo eleitorado. A remodelação envolveu 12 ministros ou ministérios e 22 secretários de Estado.



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Os secretários de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, e do Ambiente, Rui Gonçalves, assistiram, no passado dia 14, ao briefing de apresentação do dispositivo previsto pela Polícia de Segurança Pública para «22 de Setembro- Dia Europeu Sem Carros».

Esta iniciativa decorrerá em sete cidades – Aveiro, Beja, Évora, Leiria, Lisboa, Porto e Sintra – e a circulação rodoviária nas áreas de intervenção definidas pelas câmaras municipais está sujeita a medidas especiais, regulamentadas pela Portaria n.º 771-A/2000, de 4 de Setembro.

A apresentação decorreu no auditório da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, no Largo da Penha de França, Lisboa.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura afirmou, no dia 16, em Sousel, distrito de Portalegre, que a nova lei da caça terá concluída a sua própria regulamentação no dia em que entrar em vigor, amanhã.

Capoulas Santos, que falava numa conferência de Imprensa na Souselcaça-Feira Internacional da Caça do Campo e da Pesca, considera que a nova lei vai criar «um novo regime de caça, completamente diferente daquele que está em vigor em Portugal, e permitir o ordenamento cinegético de todo o território português». Com esta lei, «não haverá mais dualidade de regimes, ou seja o regime geral, especial, livre ou menos livre. Haverá um regime único, que tratará por igual todos os caçadores», acrescentou.

O governante frisou, também, que «o Ministério da Agricultura vai transferir voluntariamente a gestão do regime livre para organizações de caçadores, agricultores, ambientalistas e autarquias, para que de forma ordenada seja possível que todos os caçadores, sem excepção, tenham acesso a essas zonas de caça», criando-se a figura da zona de caça municipal.

Capoulas Santos acrescentou, ainda, que vão ser mantidos o regime associativo e a figura da zona de caça turística. O governante sublinhou que, pela primeira vez, em Portugal, e até na própria União Europeia, a lei da caça abrange o «direito à não caça», que vai permitir aos proprietários da terra poderem impedir que nessa terra se pratique a caça, desde que sejam cumpridos determinados requisitos.

O ministro anunciou ainda que, pela primeira vez em Portugal, o Governo vai facultar aos caçadores apoio financeiro para «a multiplicação e defesa das espécies venatórias».



O apoio será concedido no âmbito do Programa Operacional da Agricultura do III Quadro Comunitário de Apoio.

AMBIENTE

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, presidiu na segunda-feira, dia 18, em Viana do Castelo, à assinatura dos contratos de concessão de fornecimento e recolha do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Minho e Lima.

Trata-se de um investimento de 25 milhões de contos da empresa das Águas do Minho e Lima, que vai beneficiar cerca de 315 mil pessoas da região.

O prazo de resolução do projecto é o ano de 2005. O principal objectivo da empresa é a valorização ambiental da região do Minho e a melhoria da qualidade de vida das populações, cujas actividades dominantes são a agricultura e o turismo, com destaque para o abastecimento de água em «quantidade e qualidade» e para a despoluição das bacias dos rios Minho e Lima.

O Sistema Multimunicipal terá uma capacidade de tratamento média de 60 mil metros cúbicos diários de água para consumo humano – cerca de 22 milhões de metros cúbicos por ano – e 55 mil/dia de águas residuais (cerca de 20 milhões de metros cúbicos/ano), que servirão cerca de 315 mil habitantes.

Uma nota do Ministério divulgada no

passado domingo sublinha que 95 por cento da população do Minho/Lima será abastecida por águas em qualidade e quantidade e que pelo menos 90 por cento terá «adequados sistemas de drenagem e



tratamento de águas residuais», sendo este o objectivo do plano estratégico do Ministério do Ambiente para o período 2000-2006.

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, António Costa, disse, no dia 15, no Porto, que quer encontrar, no ano judicial que começou sexta-feira, dois locais na cidade para a construção de raiz de edifícios destinados aos tribunais cíveis e criminais.



«Ao longo deste ano judicial temos de encontrar uma solução estrutural», afirmou Costa, sublinhando que 80 por cento dos mais de 1,4 milhões de processos estão concentrados nos tribunais de Lisboa, Porto e 11 comarcas das duas áreas metropolitanas.

O governante, que visitou as novas instalações de quatro juízos cíveis do Porto, releu que as duas maiores cidades do País têm «as piores instalações» para tribunais, tendo já sido encontrada uma solução estrutural para resolver o problema em Lisboa.

Com a reorganização em curso, o Palácio da Justiça do Porto vai albergar, além do Tribunal da Relação, os tribunais de trabalho e de família, estando o Ministério da Justiça e a Câmara do Porto a procurar locais para a construção de «dois bons

pólos, um para o cível e outro para o crime», depois de gorada a hipótese de ocupação do edifício abandonado na pedreira da Trindade.

«Estamos a trabalhar com a Câmara do Porto em diversas soluções. O próprio ministério tem terrenos na cidade do Porto e há aqui alguma engenharia a fazer nessa matéria», disse António Costa.

O ministro destacou o investimento que será feito até 1 de Janeiro de 2001 para desanuviar a comarca do Porto, com a instalação de juízos de instrução criminal em Gaia, Matosinhos, Maia e Vila do Conde e a criação de tribunais de família e menores em Gaia e Matosinhos, além de sete novos juízos cíveis no Porto, três dos quais de pequena instância.

PRESIDÊNCIA

A lei que descriminaliza o consumo de drogas deverá ser aprovada no Parlamento em meados de Outubro e entrar em vigor em Julho de 2001, disse, no dia 18, o secretário de Estado da Presidência.

Vitalino Canas, que em Santarém participou numa sessão de esclarecimento sobre a nova lei, disse à Imprensa que o presidente da Assembleia da República já fez, há mais de uma semana, o pedido de parecer às Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, que têm 15 dias para se pronunciarem.

A falta desse parecer levou o Presidente da República a vetar o diploma, aprovado em Julho passado no Parlamento, pelo que a Assembleia da República voltará agora a analisá-lo.

Vitalino Canas disse aguardar «com curiosidade» o parecer da Assembleia Regional da Madeira, recordando que a AR decidiu ainda ouvir outras entidades da sociedade civil, nomeadamente o grupo de cidadãos que há uns meses pediu uma audiência ao chefe de Estado.

Segundo disse, a lei poderá sofrer algumas «pequenas alterações», como a que determinará a sua entrada em vigor em todo o território nacional.

O secretário de Estado, que iniciou recentemente em Viseu uma ronda por todas as capitais de distrito para falar sobre a nova lei, disse já se ter oferecido para colaborar com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, de forma a encontrarem em conjunto a melhor forma de aplicar a lei.

Depois das eleições regionais, estará também disponível para participar em sessões de esclarecimento.

Segundo disse, caberá aos governos regionais decidirem que tipo de estrutura deverá ser criada para dar cumprimento à lei, recordando que no continente serão criadas comissões interdisciplinares (pelo menos uma por distrito), com três membros, que substituirão os juizes na avaliação dos casos de consumo de drogas.

Vitalino Canas falou com médicos, juristas, técnicos da Segurança Social, pais e alunos sobre as alterações que serão introduzidas pela nova lei e para «desmistificar a ideia de que ela será uma lei facilitadora».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 14 de Setembro

O Conselho de Ministros, em reunião que teve lugar na Residência Oficial do primeiro-ministro, aprovou:

- O documento relativo às Grandes Opções do Plano para 2001 que será submetido à apreciação do Conselho Económico e Social;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade Polis Matosinhos, SA, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Uma resolução que altera a composição e prorroga o prazo de duração da Comissão criada para a revisão da situação de militares em situação de reserva ou reforma que participaram na transição para a democracia em 25 de Abril de 1974.

GOVERNO SPD/VERDES PROÍBE ORGANIZAÇÃO NEONAZI

O Governo alemão SPD/Verdes, presidido pelo social-democrata Gerard Schroeder, proibiu no dia 14 o grupo de extrema-direita «Blood and Honour» (Sangue e Honra) e a respectiva organização juvenil, a «White Youth» (Juventude Branca). As duas organizações ganharam influência entre jovens neonazis sobretudo através da promoção de concertos de música de bandas da extrema-direita. O ministro federal do Interior, Otto Schily, disse em Berlim que a proibição «sublinha a decisão do Estado de Direito de se defender e de enfrentar com toda a dureza a extrema-direita e as suas estruturas». Os delitos de extrema-direita provocaram muito mais mortes do que os oficialmente registados desde a reunificação alemã, em Outubro de 1990.

Segundo uma pesquisa dos jornais «Tagesspiegel» e «Frankfurter Rundschau», pelo menos 93 pessoas morreram às mãos dos neonazis, e não apenas 26, como dizem as estatísticas policiais. O ministro do Interior não quis comentar estes números, mas garantiu que haverá um inquérito, anunciando que a polícia irá passar a orientar-se por critérios unificados. «O Governo tem todo o interesse em apresentar os casos com a clareza»,



garantiu Schily. Segundo o sociólogo Roland Eckert, muitas localidades não querem ter uma má imagem junto da opinião pública, e por isso não classificam alguns delitos como sendo de extrema-direita. Além disso, casos de violência de jovens

neonazis contra sem-abrigo ou rixas entre jovens estrangeiros e alemães também não foram associados a actividades da extrema-direita. Quanto à proibição da «Blood and Honour», Otto Schily afirmou que existe uma ligação entre esta organização e o NPD, actualmente o mais militante dos partidos neonazis na Alemanha.

O Governo nomeou recentemente uma comissão para examinar a hipótese de requerer ao tribunal Constitucional a proibição do NPD, força política que tem tido uma existência legal, apesar de propagar a ideologia nacional-socialista, o racismo e a xenofobia. Simultaneamente, as autoridades

alemãs fizeram rusgas a casas de militantes da «Blood and Honour», apreendendo os bens da organização. Schily anunciou que houve mais de 30 rusgas a nível nacional, em que foram revistadas mais de 30 casas e apreendido material de propaganda, bem como cadernetas de poupança com dezenas de milhar de contos. Segundo o Ministério do Interior, a «Blood and Honour» tem 200 militantes, e a «White Youth» cerca de 100. O último relatório dos serviços secretos alemães já referia que a organização tenta influenciar os jovens politicamente através da música neonazi. Schily adiantou ainda que o programa da «Blood and Honour», fundada em 1994, se baseia no programa do NSDAP, o partido nazi de Adolf Hitler. «Temos de lutar contra o envenenamento dos cérebros e dos corações», disse o ministro do Interior, justificando a proibição do grupo.

As autoridades alemãs constataram que, desde 1997, há muito mais concertos de skinheads, com cada vez mais público. A «Blood and Honour» concentrava as suas actividades na Saxónia, uma região da antiga Alemanha de Leste.

LAGE ELOGIA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

Numa declaração sobre a directiva do PE e do Conselho instituindo um quadro para uma política comunitária no domínio da água efectuada no dia 7, no Parlamento Europeu (PE), o eurodeputado socialista Carlos Lage afirmou que «no diálogo e na concertação com o PE, a presidência portuguesa logrou encerrar este complicado "dossier", abrindo assim horizontes mais inovadores, mais ambiciosos e mais exigentes para as políticas da água na União Europeia». O eurodeputado socialista considerou que «o texto final da directiva-quadro é excelente», acrescentando que «a protecção das águas superficiais, subterrâneas, litorais e ribeirinhas é objecto

agora de uma moldura legislativa global, coerente e vinculativa, onde irá entroncar, doravante, toda a legislação mais especializada e sectorial no domínio da protecção das águas».

Ao aprovar o texto final do PE, Carlos Lage referiu que «é justo felicitar não só a Comissão de Ambiente, mas felicitar igualmente a presidência portuguesa que, aliás, conta a seu favor com o desbloquear de outros 12 processos de conciliação que ameaçavam, pelo menos alguns deles, eternizar-se».

Por estas razões, adiantou, «já se tornou uma rotina elogiar a presidência portuguesa no Parlamento Europeu».

J. C. CASTELO BRANCO



PORTUGAL 2000

ALARGAMENTO A LESTE CUSTA 80 MIL MILHÕES DE EUROS



O Governo alemão estima em 80 mil milhões de euros o custo do alargamento da União Europeia à Polónia, Hungria e República Checa, segundo um documento confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicado no dia 17 pelo diário «Welt am Sonntag».

Deste montante, o Governo alemão prevê que 58 mil milhões de euros serão entregues àqueles países logo a seguir à adesão e 22 mil milhões se destinarão a financiar posteriormente o desenvolvi-

mento, adianta o documento que, segundo o jornal foi elaborado a pedido do ministro alemão, Joschka Fischer. Estas ajudas, escalonadas entre 2000 e 2006, só serão atribuídas se os candidatos cumprirem «critérios económicos muito estritos».

O documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros admite o grande interesse da Alemanha no alargamento da EU aos seus vizinhos de Leste, os seus principais parceiros comerciais.

TIMOR

EUA querem

DESARMAR AS MILÍCIAS QUE OPERAM EM TIMOR OCIDENTAL

O secretário da Defesa norte-americano esteve em Jacarta com o objectivo de desarmar as milícias timorenses, na mesma altura em que o presidente Abderrahman Wahid manifestou a mesma intenção quanto aos guarda-costas de Suharto.

William Cohen quer ver neutralizadas as milícias que operam a partir de Timor-Ocidental, responsáveis, há duas semanas, pela morte de três funcionários da ONU e 11 civis.

O responsável norte-americano encontrou-se com Wahid e, depois, com o chefe das Forças Armadas, almirante Widodo Adi Sutjipto.

Cohen não esmorece na intenção de ver aplicada a resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a desactivação das milícias, surgidas em 1999, pouco depois do direito à autonomia de Timor-Leste reconhecido pelo então presidente Yusuf Habibie, sucessor de Suharto.

Cinco mil fuzileiros reforçam segurança

À antiga colónia portuguesa, ocupada pela Indonésia em 1975, chegaram entretanto

5000 fuzileiros norte-americanos, incumbidos de missões humanitárias, tanto que na parte ocidental da ilha ainda estão refugiadas 10.000 pessoas, procedentes de Loro Sae.

Suspensas estão, desde Setembro de 1999 e precisamente por causa da acção das

milícias, as relações militares americano-indonésias, com efeitos visíveis num dos países mais densamente povoado do mundo - 210 milhões de habitantes.

Por seu turno, Abderrahman Wahid esclareceu, relativamente ao velho ditador, Suharto, 79 anos - acusado de desviar

autênticas fortunas em proveito próprio durante o tempo em que governou o país com mão de ferro - que tem direito a segurança pessoal, embora não a guarda-costas armados, sobretudo se provenientes das fileiras do exército e da polícia.



OMS

Poluição

MAIS DE MIL MILHÕES DE PESSOAS RESPIRAM POLUIÇÃO EM SUAS CASAS

A poluição excessiva do ar no interior das habitações, sobretudo nos países em desenvolvimento, afecta mais de mil milhões de pessoas em todo o mundo, contribuindo para milhares de mortes, denunciou no dia 14, em Genebra, a OMS. Segundo os especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS), os níveis de poluição atingem mesmo, em alguns casos, valores superiores em cem vezes aos recomendados pela agência das Nações Unidas.

A OMS adianta que, para cozinhar e aquecer as habitações, mais de metade das famílias em todo o mundo utilizam ainda combustíveis sólidos, como a madeira, carvão, resíduos agrícolas e carvão vegetal. Estes combustíveis, associados a fornos pouco eficazes e a uma ventilação insuficiente, difundem uma mistura de poluentes nefastos para a saúde.

«Para que serve desmistificar a ideia de que no campo o ar é sempre puro», nota a OMS, lembrando que perto de três quintos da população exposta às «partículas poluentes» é afectada nas zonas rurais dos



países em desenvolvimento.

As exposições mais elevadas à poluição do ar estão registadas no interior das habitações desses países, indica a OMS, que dá como exemplo a situação na Índia, onde 80 por cento das habitações utiliza combustíveis sólidos.

Por essa razão, alerta a OMS, meio milhão de crianças morre anualmente devido à poluição nas residências, na sequência de complicações respiratórias.

Para a OMS, os dados são «alarmantes» na África e, na América Latina, um quarto das famílias utiliza combustíveis sólidos, provocando anualmente a morte de cerca de 30 mil pessoas.

O comunicado da OMS sublinha que a poluição do ar em geral é um problema «verdadeiramente mundial» que afecta países desenvolvidos como em desenvolvimento.

Nesse sentido, a OMS defende a criação de um plano estratégico eficaz que passa pela elaboração de um banco de dados, de forma a que se possa agir em conjunto. «A poluição do ar não é uma ciência exacta», observa a OMS.

GOVERNO ADMITE INFLAÇÃO DE 2,5 POR CENTO

A taxa de inflação de 2000 deverá ser de 2,5 por cento, admite o Governo nas GOP para 2001.

A inflação, afectada pela alta dos preços dos produtos petrolíferos e do crescimento dos produtos importados, poderá vir a situar-se nos 2,5 por cento, lê-se na versão das Grandes Opções do Plano (GOP) para 2001 que subiu a Conselho de Ministros. Contudo, no quadro do cenário macroeconómico para 2001, que contém igualmente as estimativas do Governo para os principais indicadores de 1999 e previsões para 2000, o Executivo inscreveu 2,7 por cento como valor final do deflator do consumo privado.

A taxa de inflação oficial que serve de base às negociações salariais é calculada pelo INE com base no Índice de Preços no Consumidor, obtido a partir de um cabaz de bens e serviços representativo da despesa das famílias portuguesas.

O deflator do consumo privado é uma medida de inflação mais próxima da realidade porque pretende medir a evolução dos preços da totalidade dos bens e serviços consumidos pelas famílias



e não apenas de um cabaz.

Nas GOP, o Governo reconhece que 2000, em matéria de inflação, foi um ano de «aceleração face a 1999», explicando que «a alteração das condicionantes externas

é em grande parte responsável por esta trajetória dos preços no consumidor».

Em particular, é referida a «desvalorização do euro face ao dólar e a subida dos preços do petróleo», que «influenciaram fortemente

o comportamento dos preços no consumidor, nomeadamente a evolução do preço dos combustíveis».

Melhoria das condicionantes externas

Para 2001, o Executivo espera «uma melhoria das condicionantes externas» da inflação nacional, nomeadamente «um ajustamento do preço do petróleo», «uma evolução cambial do euro mais favorável» e «um abrandamento dos preços no consumidor na União Europeia», de onde vêm cerca de três quartos das importações portuguesas.

Com base neste cenário o Governo inscreveu nas GOP um valor de 2,5 por cento para o deflator do consumo privado em 2001.

Entretanto, o Instituto Nacional de Estatística divulgou a inflação de Agosto, revelando um crescimento dos preços de 0,1 por cento face a Julho, o que eleva a inflação homóloga (face ao mesmo mês do ano passado) para 3,5 por cento e a média anual (últimos 12 meses face aos 12 meses anteriores) para 2,3 por cento.

PRECÁRIOS LESAM ESTADO EM 43 MILHÕES NO NORTE

O combate activo ao flagelo do trabalho precário e dos clandestinos é agora a prioridade do ministério de Ferro Rodrigues.

Entretanto, no dia 11, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte revelou que o trabalho precário e clandestino na construção civil impede que o Estado arrecade anualmente cerca de 43 milhões de contos só na região Norte.

Albano Ribeiro referiu que «num universo de cerca de 500 mil trabalhadores do sector da construção civil e obras públicas há cerca de 145 mil trabalhadores clandestinos e precários, o que significa que a segurança social e o fisco estão a ser altamente defraudados».

«Além disso, são ainda prejudicados com esta situação todos os empresários e os trabalhadores que cumprem as suas obrigações para com o Estado, porque em ambos os casos são vítimas de concorrência desleal», acrescentou o dirigente sindical em conferência de Imprensa, no Porto.

«Só na nossa zona de abrangência – a região Norte e o distrito de Viseu – se os clandestinos auferissem os salários contratuais o Estado receberia, através do fisco e da segurança social, um mínimo de 44 milhões de contos a mais



por ano, o que daria para construir seis pontes de São João», frisou.

O Sindicato afirmou-se ao lado do Governo na sua luta contra o trabalho precário e clandestino e desafiou o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Ferro Rodrigues, a visitar os principais estaleiros do país, para tomar contacto com a realidade.

«Exceptuando algumas grandes empresas, a regra é, na maior parte dos

casos, a ilegalidade, através do trabalho precário e clandestino, sendo a situação, especialmente grave nos distritos de Braga, Viana e Viseu», disse.

Albano Ribeiro chamou a atenção para o facto de que as principais vítimas desta situação são os trabalhadores estrangeiros, «particularmente os cidadãos de países de Leste, que vivem muitas vezes em situação de verdadeira

escravatura».

O dirigente sindical referiu que as intervenções conjuntas da Inspeção Geral do Trabalho (IGT) e do Sindicato já permitiram a integração de centenas de trabalhadores de Leste, que têm neste momento um vínculo contratual com os seus empregadores, auferindo dos mesmos deveres e direitos dos portugueses.

Albano Ribeiro defende ainda legislação que impeça que possam ser admitidas nos concursos empresas ou consórcios cujo quadro de pessoal seja insuficiente para a concretização das obras.

A redução da carga fiscal incidente sobre os rendimentos do trabalho e da taxa social para os trabalhadores, a par de um aumento da fiscalização é outra medida que o Sindicato vai propor.

Engajadores e subempregados sem alvará

O Sindicato pretende ainda o aumento do quadro de fiscalização da IGT e que todos os engajadores e subempregados sem alvará que não estejam inscritos no Instituto dos Mercados e Obras Públicas Particulares e do Imobiliário (IMOPPI) sejam punidos criminalmente pelas ilegalidades que estão a cometer.

JUSTIÇA

Informatização

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS EM POUCOS MINUTOS

Já é possível distribuir os papéis que entram diariamente nas secretarias de alguns tribunais, como Matosinhos, Coimbra, Fundão e Almada, e criar processos, em escassos minutos.

Este é um dos ganhos do programa de Gestão do Processo Civil, ao abrigo da informatização dos tribunais em curso até 2001, e que segunda-feira foi demonstrada em Lisboa pelo subdirector-geral da Administração da Justiça, Joaquim Calado, numa cerimónia que contou com a presença do ministro da tutela, António Costa, e de altas individualidades forenses.

Em contacto através de videoconferência com o tribunal de Matosinhos, Joaquim Calado demonstrou como uma tarefa que é diária nos tribunais e é executada manualmente já pode realizar-se em menos

de cinco minutos em cerca de uma dezena de tribunais portugueses.

Até às 12 horas do passado dia 18, entraram no tribunal cível de Matosinhos 272 papéis. Em menos de cinco minutos, todos estavam distribuídos e convertidos em processos, uma tarefa a que assistiram um juiz, um funcionário judicial e a secretária do tribunal.

A gestão informatizada de processo civil está implantada em 34 tribunais portugueses, mas até 31 de Dezembro de 2001 abarcará todos os tribunais e em finais de 2002 ao notariado e aos registos prediais, garantiu o ministro António Costa. O Tribunal da Relação de Évora e o Supremo Tribunal de Justiça disporão ainda este ano de serviços informatizados, garantiu igualmente o ministro da Justiça, quando questionado por magistrados

ligados àquelas instâncias que se manifestaram bastante receptivos às inovações.

O futuro passa por aqui, referiu o vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura, conselheiro Joaquim de Matos, considerando tratar-se de passos importantes para a modernização da Justiça.

«Esperemos que as novas tecnologias permitam ultrapassar grandes limitações e dar uma outra imagem da justiça e dos juizes, injustamente responsabilizados por muitas coisas de que não têm responsabilidade alguma», frisou.

A informatização dos tribunais não é um processo fácil, uma vez que existem, na globalidade, 160 tipos de processos e 17 mil actos processuais a eles associados. A informatização dos registos criminais foi

outro dos exemplos demonstrados pela Direcção-Geral da Administração da Justiça.

Dentro de menos de um ano, estarão já digitalizados os 400 mil cadastros existentes em Portugal, contando-se que dentro de dois anos todos os tribunais possam aceder-lhes directamente, embora a Direcção-Geral dos Serviços Informáticos do Ministério da Justiça já tenha iniciado a digitalização dos cadastros através de registos onomásticos.

O procurador-geral da República, os presidentes dos tribunais da Relação de Lisboa, Coimbra e Évora, o secretário-geral da Administração da Justiça e o secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça foram algumas das individualidades que assistiram à apresentação do programa de gestão do processo civil.

MOBILIÁRIO

I Bienal de Design

SAMPAIO QUER MAIS COMPETITIVIDADE

O Presidente da República, Jorge Sampaio, lançou um apelo, no dia 17, em Paços de Ferreira, para que os empresários portugueses juntem esforços e se reestruturarem de forma a ganhar competitividade no mercado global.

«Não podemos ter fundos estruturais e mercados fechados, a concorrência é agora global e para a enfrentar precisamos de empresas mais fortes», afirmou Sampaio, ao discursar ante uma plateia constituída maioritariamente por empresários do sector do mobiliário.

«Se os bancos e as empresas mais poderosas a nível mundial se unem, fundem e reestruturam para tornar-se mais competitivas, porque é que nós não podemos fazer a mesma coisa?», inquiriu. O Presidente falava durante a cerimónia de



inauguração da I Bienal Internacional de Design de Mobiliário, em Madeira de Paços de Ferreira – «Mobilis 2000», que decorre até ao próximo dia 30, no edifício do Parque de Exposições da Capital do Móvel, naquela cidade.

A Bienal é organizada pela Associação Empresarial de Paços de Ferreira e pela autarquia local.

A execução e coordenação da «Mobilis 2000» está a cargo da Cooperativa Portuense de Actividades Artísticas «Árvore», sendo o comissário da exposição o escultor José Rodrigues.

O certame inclui um concurso de design de mobiliário que visa «estimular a criatividade e a capacidade de pesquisa da indústria do mobiliário de madeira» e cujo primeiro prémio é de quatro mil contos (20 mil euros).

No entanto, o júri decidiu não atribuir este ano o primeiro prémio, considerando não haver trabalhos com qualidade suficiente para a distinção, atribuindo apenas o segundo, no valor de dois mil contos (dez mil euros), o terceiro (1.500 contos, cerca de 7.500 contos) e quatro menções honrosas de 500 contos cada (2.500 euros). A Bienal é aberta a todos os profissionais do design, tendo sido seleccionadas as propostas que aliam a pesquisa ao componente de modernidade, valorizam a mão de obra tradicional e melhor contribuem para o alargamento dos horizontes do design sob o ponto de vista estético e funcional.

O objectivo é dar visibilidade internacional aos factores de qualidade estéticos e funcionais dos produtos da área do mobiliário.

AMBIENTE

Dia Sem Carros

MAIS DE MIL AGENTES DA PSP ENVOLVIDOS NA INICIATIVA

Está tudo a postos para que o «Dia Sem Carros», uma iniciativa ambiental que decorrerá amanhã, seja um êxito a todos os níveis.

Perto de 1400 agentes da PSP vão coordenar as operações inseridas no Dia Europeu Sem Carros nas seis localidades que aderiram oficialmente à iniciativa dirigida pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

Apesar de terem sido seleccionadas oficialmente apenas cinco cidades e uma vila – Lisboa, Porto, Aveiro, Évora, Leiria e Sintra – que assinaram em Junho e Julho uma carta europeia de compromisso, também Beja aderiu à iniciativa, contando com o apoio do Governo português.

A 22 de Setembro, várias outras localidades portuguesas decidiram espontaneamente cumprir um dia «Na Cidade Sem o Meu Carro», associando-se à acção europeia

que começou em França em 1998 e que este ano abrange oficialmente 808 cidades dos quinze países da UE e de mais 11 do resto da Europa.

Para fazer o isolamento das áreas a interditar, definidas pelas câmaras municipais, cumprir a sinalização temporária a implementar, regularizar o trânsito nas imediações dos parques de estacionamento indicados para o efeito nas seis localidades oficiais, a PSP terá um efectivo de 1390 homens, apoiados

por 31 carros e 99 motocicletas.

Os agentes da PSP têm ainda como missão coordenar as ligações aos transportes públicos de e para as zonas a isolar, garantir a fluidez dos corredores de trânsito nos acessos principais às cidades aderentes.

Nas localidades que integram a iniciativa de uma forma não oficial, os planos de acção policial serão coordenados entre a autarquia e o comando da força policial da zona.



Albufeira

Programa de apoio domiciliário

A Câmara Municipal de Albufeira, reunida no passado dia 12, deliberou aprovar o acordo de cooperação de apoio domiciliário integrado, a celebrar entre esta autarquia, o Centro Regional de Segurança Social do Algarve e a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, o qual tem por objectivo influenciar de forma positiva a recuperação ou convalescença do idoso, mantendo-o sempre que possível no seu domicílio.



No âmbito deste acordo, a edilidade irá disponibilizar um motorista para a deslocação da equipa de saúde ao domicílio dos idosos.

Fafe

Museu da Emigração e das Comunidades

A Câmara Municipal de Fafe deliberou por unanimidade, por proposta do seu presidente, aprovar a criação do Museu da Emigração e das Comunidades Portuguesas, a localizar nesta cidade.



Na proposta, aprovada por unanimidade, refere-se que o concelho de Fafe é, em grande medida, uma «construção» da emigração, pelo menos desde o século passado.

A iniciativa e os cabedais dos «brasileiros» revelaram-se fundamentais para o desenvolvimento do município, nos séculos XIX e XX, em domínios como a indústria, a arquitectura urbana, a filantropia, as obras assistenciais e outras, que ainda hoje perduram.

A partir dos anos 60 deste século, Fafe foi uma terra de onde emigraram para vários destinos da Europa milhares de indivíduos e famílias, deixando a sua marca inconfundível na paisagem rural e na economia local e nacional.

Ovar

Obra de saneamento na praia de Cortegaça

No passado dia 5 de Setembro, a Câmara Municipal de Ovar, o empreiteiro adjudicatário, as equipas de fiscalização interna e externa e os serviços municipalizados de água e saneamento de Ovar procederam à consignação da obra de saneamento, águas pluviais e pavimentações da praia de Cortegaça, acto legal que marcou o arranque desta grande obra de infra-estruturas.



Para o presidente da Câmara, Armando França, «esta obra vem fechar um ciclo de investimentos estratégicos nas praias do concelho e contribuir decisivamente para a qualidade de vida do concelho e de Cortegaça em particular».

Santo Tirso

Esfolhada Minhota

Rão Kyao, o conjunto Rotação e o rancho típico de Santa Maria da Reguenga foram as atracções da Esfolhada Minhota, uma iniciativa da autarquia de Santo Tirso que decorreu no dia 16 na Eira da Escola Agrícola.



Com esta iniciativa, a edilidade pretendeu reavivar tradições que fazem parte da história do concelho.

Setúbal

Melhorar impacte visual do Bairro da Bela Vista

A Câmara de Setúbal pretende melhorar o impacte visual do Bairro da Bela Vista através da pintura dos blocos amarelos, que caracterizam uma das zonas mais degradadas da cidade e onde residem cerca de três mil pessoas.



Paredes sujas, grafites de mau gosto, obras inacabadas e espaços públicos degradados por falta de manutenção ou actos de vandalismo são apenas algumas das imagens mais comuns para qualquer visitante da Bela Vista, um bairro que surge muitas vezes associado à imagem de um ponto de encontro para jovens delinquentes. O presidente da Câmara de Setúbal, Mata Cáceres, mostra-se convicto de que a pintura das paredes exteriores dos edifícios do Bairro da Bela Vista poderá constituir um sinal de esperança para a população e promete envidar esforços nesse sentido. «Trata-se de uma obra que exige muitos milhares de contos e que a autarquia não pode suportar sozinha, mas vamos tentar beneficiar de um qualquer programa de apoio financeiro, que nos permita avançar com a pintura do bairro da Bela Vista», disse. Por outro lado, acrescentou o autarca, «temos que motivar a população para uma colaboração responsável e não de caridade, de forma a evitarmos uma cristalização de comportamentos menos adequados».

Agastado com algumas críticas, «infundadas», à autarquia, Mata Cáceres fez questão de relembrar que a Câmara de Setúbal tem vindo a dotar a zona da Bela Vista de diversos equipamentos educativos, culturais e recreativos.

Mata Cáceres salientou ainda que nos últimos anos, a edilidade já construiu na Bela Vista uma piscina, um pavilhão e uma escola secundária, estando em construção uma nova escola pré-primária, uma escola do ensino básico e novas zonas verdes, para além de toda a intervenção social que está a ser promovida naquele bairro pela autarquia e por diversas instituições de solidariedade social.

Sintra

650 mil contos para instalação da biblioteca municipal na Casa Mantero

A recuperação da Casa Mantero para futura

instalação da biblioteca de Sintra, obra orçada em 650 mil contos, passou no dia 15 para o papel numa cerimónia presidida pelo ministro da Cultura, José Sampaio. A Câmara de Sintra e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, tutelado pelo Ministério da Cultura, assinaram o contrato-programa que vai permitir à biblioteca de Sintra deixar de ocupar o Palácio Valenças.

Fruto deste contrato-programa, a Casa Mantero, um dos «ex libris» de Sintra, será integralmente recuperada e albergará «uma das mais importantes e modernas bibliotecas do país», disse a presidente da autarquia, Edite Estrela.



A obra terá início ainda este ano, mas só deverá estar concluída em meados de 2002, e prevê ainda a construção de raiz de um edifício com 2711 metros quadrados de área bruta que ficará ligado à Casa Mantero através de uma galeria.

A Casa Mantero, situada na Volta do Duche, foi adquirida pela Câmara de Sintra há mais de 30 anos e, com o tempo, foi-se degradando «porque a autarquia nunca lhe atribuiu uma função», explicou a autarca.

«Quando assumi a função de presidente da câmara, a recuperação do espaço foi uma das minhas primeiras decisões, por se tratar de um edifício com traços arquitectónicos muito importantes», disse. Na sua recuperação, a fachada do edifício foi mantida, o que, segundo Edite Estrela, custou aos bolsos do município cerca de cinco mil contos.

No entanto, adiantou que foram 33 as empresas que se mostraram interessadas em recuperar a Casa Mantero.

A nova biblioteca será polivalente, com consulta de livros, revistas e jornais, terá uma videoteca, auditório, sala para conto infantil e jardins onde as pessoas poderão ler.

A autoria do projecto é da responsabilidade da equipa coordenada pelos arquitectos Alexandre Marques Pereira e Philip Esteves e a maquete estará exposta a partir de hoje no Palácio Valenças.

O contrato-programa é o 125º assinado no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que corresponde a um compromisso financeiro já contratualizado de cerca de 20 milhões de contos.

A Rede, que representa um investimento global de 34 milhões de contos pelo Ministério da Cultura, integrará 188 dos 278 municípios do continente, o que significa uma taxa de cobertura nacional de 68 por cento.

PS PROPÕE AUTONOMIA COM «RESPONSABILIDADE PARTILHADA»

O programa de Governo com que o PS concorre às eleições de 15 de Outubro para o Parlamento açoriano defende um modelo de autonomia assente «numa responsabilidade partilhada» com o Governo da República e União Europeia. Preconiza, para tanto, o prosseguimento da «relação frutuosa» com o Executivo chefiado por António Guterres, tendo em atenção o «respeito da Assembleia e do Governo da República pelos ordenamentos constitucional e estatutário da autonomia». O PS defende que cada transferência do Estado deve de ser acompanhada dos respectivos meios financeiros. A revisão da Lei de Finanças das regiões autónomas, prevista para 2001, «não poderá, assim, implicar uma diminuição dos apoios financeiros à região», sendo ainda necessário acautelar «maior rigor e respeito» pela competência dos órgãos do governo próprio do arquipélago na elaboração das leis gerais da República.

Na agenda do relacionamento entre um eventual segundo Executivo socialista e a República estará, também, maior apoio à inserção de cidadãos repatriados para as ilhas, uma fiscalização efectiva da Zona Económica Exclusiva, a convergência do tarifário da energia eléctrica e a co-responsabilização nacional na requalificação das lagoas açorianas eutrofizadas. Quatro anos depois da primeira experiência no poder, os socialistas propõem uma orgânica governamental onde a novidade consiste na criação de um subsecretário do Planeamento e Assuntos Europeus, assim como a divisão da secretaria regional da Educação e Assuntos Sociais em dois departamentos autónomos, retomando o modelo dos executivos anteriores do PSD. Quanto às finanças regionais, o PS defende o aperfeiçoamento da «Nova Autonomia» e transferências do Orçamento de Estado que assegurem à região o crescimento sustentado das

despesas de investimento e o equilíbrio das suas contas, sem o recurso sistemático ao endividamento. Na actividade económica, o programa do Governo aponta a necessidade de desenvolver «uma verdadeira cultura de turismo» na sociedade açoriana, através de mecanismos que garantam a sustentabilidade do sector. Para isso, defende a melhoria dos serviços de transporte aéreo e marítimo, a modernização e expansão do parque hoteleiro, o fomento da animação turística e a promoção do destino Açores no exterior, medidas integradas num «plano estratégico de marketing» para o sector.

Reduzir as assimetrias

Na agricultura, os «grandes objectivos globais» salientam a necessidade do aumento da competitividade, reduzindo as assimetrias estruturais, económicas e sociais entre as ilhas, além de melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

Nas medidas a executar está prevista a criação de um novo laboratório regional de veterinária, como estrutura de suporte à qualidade e à segurança alimentar e a modernização dos sistemas de recolha e classificação de leite. O PS propõe-se ainda promover o consumo de produtos açorianos, incentivar as culturas agro-ecológicas, a formação profissional agrícola e a realização de acções de informação junto dos profissionais do sector. Para as pescas, os socialistas definiriam três grandes linhas de orientação: a valorização do pescado, diversificação da actividade e mercados e optimização da exploração de recursos, com vista à sua sustentabilidade futura. Quanto ao sector empresarial público, está previsto o aumento de capital social da transportadora aérea regional (SATA) e Electricidade dos Açores (EDA), com vista a dotar as duas empresas dos meios financeiros para reforço dos fundos de pensões.

ALGARVE

Moção de Apolinário

«Um partido – um projecto para a sociedade de hoje» é o nome da moção de estratégia que o camarada José Apolinário vai apresentar ao Congresso da Federação do Algarve. É um documento bem elaborado do ponto de vista político e intelectual que enumera as razões da sua candidatura, explica o que deve ser um partido para a sociedade de hoje, tem um projecto claro para a sociedade complexa em que vivemos, tendo sempre como pano de fundo a defesa de um projecto de desenvolvimento sustentável para o Algarve, no quadro de uma política de defesa das potencialidades desta região.

Projecto exigente, renovado e criativo

«Este Congresso do PS/Algarve deve começar uma nova etapa através de um projecto exigente, renovado e criativo que permita continuar a merecer a confiança dos algarvios», lê-se na moção do camarada José Apolinário.

«Nas eleições autárquicas, o PS propõe-se ganhar no Algarve, reforçando a liderança dos actuais oito municípios dirigidos por autarcas socialistas e aumentando o número de municípios e freguesias sob a liderança do PS», refere ainda Apolinário no documento.



Licenciado em Direito, Parreirão foi no início dos anos 80 presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC).

Logo no primeiro Governo do PS, em 1995, ocupou o cargo de chefe de gabinete do então secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, o agora presidente cessante da Federação de Coimbra do PS.

Luis Parreirão é actualmente secretário de Estado das Obras Públicas e adjunto do ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho.

O outro candidato às eleições para a Federação de Coimbra do Partido Socialista, que se realizam no dia 23, é Victor Baptista, governador civil de Coimbra durante o primeiro Governo do PS.

Este economista, que foi empossado há um ano como vice-presidente do Instituto da Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), tem como superior hierárquico no Governo o próprio Luis Parreirão, seu adversário na «corrida» para a Federação.

«O PS por que nos batemos vai ser mais estimulante e atractivo. Irá contribuir para dar à vida política portuguesa uma atmosfera de criatividade, de generosidade e de intimidade com os novos tempos», promete a moção de Luis Parreirão.

No plano partidário, Luis Parreirão desempenha, entre outros, os cargos de presidente da Comissão de Jurisdição Nacional, e presidente da Comissão Política Concelhia de Soure. O ex-governador civil dos primeiros quatro anos de poder socialista, que também foi adjunto de Fausto Correia na Federação de Coimbra, assegura que «há grandes diferenças entre as duas candidaturas» e reivindica para si a responsabilidade por «80 por cento dos comunicados» da estrutura distrital.

A sua moção de estratégia adopta como lema a frase: «Com o PS, vamos dar voz ao distrito de Coimbra.»

Luis Parreirão apresenta aos cerca de 6000 militantes do distrito a moção «Com o PS e o distrito no coração».

«O partido não é nem pode ser um partido governamentalizado», insiste Luis Parreirão, advertindo, contudo, que «o PS não deve estar contra o poder».

Rejeita a «irresponsabilidade da actividade política» e considera que esta «é a mais exigente de todas as actividades humanas».

O candidato à sucessão de Fausto Correia pretende «um distrito que se afirme mais, que tenha mais poder, mais desenvolvimento e protagonismo».



COIMBRA

Congresso da Federação

Um membro do actual Governo e um ex-representante do Executivo de António Guterres em Coimbra disputam a liderança da Federação do PS, convergindo ambos no objectivo de «desgovernamentalizar» a estrutura partidária do distrito.

«O PS não poderá ser nunca um partido governamentalizado, embora isto não signifique que deva desinteressar-se do poder – apenas tem de dominá-lo melhor para correr menos riscos de se perder nos seus labirintos», defende o candidato Luis Parreirão, na moção de orientação política.

ASSEMBLEIA GERAL ONU **Jaime Gama**

POR UMAS NAÇÕES UNIDAS REFORMADAS E MAIS DEMOCRÁTICAS



Felicito o Presidente Harri Hernandi Holkeri pela eleição para a presidência desta Assembleia Geral do Milénio. Presto também homenagem ao Presidente cessante, Ben Gurriab. E renovo ao Secretário-Geral, Kofi Annan, o meu apreço pela sua visão e pela forma notável e corajosa como tem vindo a desempenhar o seu cargo.

O meu colega francês dirigiu-se já a esta Assembleia em nome dos 15 Estados da União Europeia, intervenção à qual o meu país se associa plenamente. Abordaria agora algumas questões de particular importância para o meu país.

Tal como o primeiro-ministro de Portugal aqui disse na Cimeira do Milénio, as Nações Unidas encontram-se num momento de viragem, suscitando forçosamente uma reflexão sobre o futuro da organização.

Nesta era de crescente globalização, devemos fazer da ONU a base de uma comunidade internacional mais estável, mais solidária e mais coesa.

Três grandes desafios se colocam à comunidade internacional no aniversário do Milénio: reforçar a nossa intervenção em prol da paz, contribuir para erradicar a extrema pobreza e assegurar as condições ambientais para perpetuar a vida na Terra.

O recurso progressivo às operações de manutenção de paz a que assistimos – e que encorajámos – ao longo da última década demonstra de forma cabal a sua importância. Os resultados obtidos nos cinco continentes dão-nos a certeza de termos escolhido o caminho certo. Para prosseguir este esforço com eficácia, a ONU deverá ter ao seu dispor recursos – sejam eles financeiros, técnicos, civis, policiais ou militares – necessários. Se sabemos definir as missões, temos de ser capazes de conceder os meios. Uma capacidade de manutenção da paz credível é em si mesma um elemento de dissuasão, e, portanto, parte integrante de um sistema global de prevenção de conflitos de que as Nações Unidas devem ser uma componente essencial.

Neste sentido, Portugal recebeu com satisfação o relatório Brahimi sobre missões de paz. O seu elenco de recomendações indica-nos o caminho para um processo de reforma que reforçará a capacidade das Nações Unidas na prevenção de conflitos e na manutenção e consolidação da paz. Devemos aproveitar o «momentum» criado e concentrarmo-nos na obtenção de resultados concretos no prazo de 1 a 2 anos.

Mas, sublinho, a questão fulcral será sempre de natureza política: precisamos da coragem necessária para alargar o âmbito das responsabilidades da ONU. Não nos enganemos – como afirmou o Secretário-Geral Kofi Annan, «a nossa função é intervir». Permitir-me-ia acrescentar que se trata de um dever – intervir a tempo, intervir bem, intervir com base na legalidade internacional.

Portugal está disponível e assim o tem demonstrado. Participámos nas missões de paz em Moçambique, Angola, República Centro-Africana e Guatemala. Estamos hoje



presentes nas missões em Timor-Leste, na Bósnia, no Kosovo e na Sara Ocidental. Com mais de 1000 homens empenhados, Portugal é actualmente o 11º contribuinte mundial para operações de manutenção da paz das Nações Unidas e o 1º de entre os países da UE.

Durante a presidência portuguesa da UE demos um impulso decisivo à criação de capacidades de intervenção da UE, que entendemos colocar ao serviço da paz e da cooperação internacionais. No ano 2003, a União terá ao seu dispor uma força de 50-60.000 militares, a que se adicionarão 5 000 policiais e uma estrutura civil para a gestão de crises.

Este é um vector da acção externa portuguesa que continuaremos a privilegiar, expresso igualmente na nossa candidatura à presidência da OSCE para o ano de 2002.

Num mundo globalizado, a existência de brutais assimetrias no plano económico é um factor de permanente tensão e conflito. Cerca de metade da população mundial dispõe apenas de 52 dólares por dia.

A viragem do milénio é o momento de reafirmar a nossa vontade de combater e erradicar a pobreza à escala mundial. Talvez seja uma utopia mas, com a conjugação dos nossos esforços, é uma meta que pode estar ao nosso alcance.

Durante cada discurso proferido perante esta Assembleia morrem, em todo o Mundo, cerca de 300 crianças antes de atingirem o seu primeiro ano de idade.

Será isto aceitável? A resposta é obviamente não.

Será então que os recursos humanos e financeiros necessários para combater esta tragédia são de tal dimensão que nos obrigam ao conformismo? A resposta é outra vez não. Muitas destas mortes poderiam ser evitáveis com melhor gestão e sem aumento de recursos – a saúde, tal como a educação, devem ser sectores prioritários na ajuda ao desenvolvimento.

É necessário somar esforços e combinar políticas e instrumentos: a ajuda directa ao desenvolvimento tem que ser complementada com mecanismos que solucionem o problema das dívidas dos países mais pobres, com uma reforma das instituições reguladoras do sistema financeiro e económico mundial, com acordos que permitam aos países mais pobres colocar os seus produtos, sem barreiras aduaneiras, nos mercados dos países desenvolvidos.

Sublinho a importância do desenvolvimento de mecanismos de colaboração entre a ONU,

nomeadamente um ECOSOC revitalizado, e as instituições de Bretton Woods. Redefinir o papel de cada uma das instituições e evitar duplicações têm de ser a nossa prioridade numa área em que as Nações Unidas devem assumir um papel de liderança.

É igualmente fundamental responsabilizar os países receptores, quer através da exigência de uma utilização eficiente dos fundos, quer através de práticas de «boa governação». Saliento, neste domínio, que o combate à corrupção deve constituir uma prioridade de todos os nossos Governos.

A Declaração do Milénio indica claramente que o desafio central com que nos defrontamos hoje é assegurar que a globalização seja uma realidade positiva para toda a população mundial e não um novo factor de exclusão.

Só as Nações Unidas estão em posição de promover nesta área a «coligação para a mudança» de que Kofi Annan fala no seu relatório «We the Peoples».

A pobreza está também infelizmente, intimamente ligada às doenças infecto-contagiosas – sída, malária e tuberculose – que provocam milhões de mortes por ano e, no caso de África, estão a devastar toda uma geração, pondo em causa de forma dramática as possibilidades de desenvolvimento futuro.

Mais do que nunca, é necessário mobilizar as energias das sociedades civis, das instituições e da comunidade internacional no seu todo na luta contra as doenças infecto-contagiosas. A UE e os EUA acordaram recentemente em Lisboa reforçar a sua cooperação no combate a estes flagelos.

Em matéria de ambiente, devemos ter sempre presente que o crescimento económico e o progresso não podem conseguir-se à custa do futuro de todos nós.

As Nações Unidas devem continuar a guiar-nos na área do ambiente. Desde a conferência do Rio em 1992 que assim é. As respostas dos Estados têm, no entanto, ficado aquém – porventura muito aquém – daquilo a que nos comprometemos em declarações políticas e mesmo em Tratados internacionais.

Mas não nos iludamos. Nesta área crucial e estratégica, as Nações Unidas desempenham um papel instrumental, tal como é reafirmado na Declaração do Milénio, mas só os Estados podem efectivamente garantir resultados. Não é tarefa que se possa subcontratar às Nações Unidas.

A sociedade civil deve jogar aqui toda a sua influência, responsabilizando e pressionando aqueles Governos que, porventura, pensam que em matéria de ambiente se podem decidir por um «opting out», como se se tratasse de uma questão de pura soberania. Não é mais possível pensar assim. O aquecimento do globo a todos afecta. Para enfrentar um problema comum, precisamos de uma acção comum à escala global.

Portugal é, por razões geográficas, históricas e políticas, um país virado para os Oceanos. Por isso reconhecemos a sua importância para o ecossistema terrestre e para a

renovação de recursos energéticos vitais ao sustento de milhões de pessoas. Congratulamo-nos com o lançamento do Processo Consultivo Informal sobre Oceanos e Direitos do Mar e atribuímos particular interesse ao debate sobre «Investigação Científica Marinha».

Uma palavra para uma iniciativa recente, mas a qual o meu país atribui grande importância. Em Varsóvia, no passado mês de Junho, um grupo de mais de 100 países endossou uma declaração constitutiva da Comunidade das Democracias, unidos pela partilha de um valor comum.

Reconhecendo que não existem modelos exclusivos para determinar como a vontade dos povos deva ser respeitada, a Comunidade das Democracias terá um papel a desempenhar ao congregar os esforços daqueles países que entendem ser o sistema democrático representativo o mais adequado ao cumprimento daquele objectivo.

Gostaria agora de reflectir sobre algumas questões de natureza regional de particular importância para o meu país.

África é uma das grandes prioridades da política externa portuguesa.

Durante a presidência portuguesa da União Europeia realizou-se, por nossa proposta, a primeira Cimeira África-Europa. Esta Cimeira abriu um novo espaço de relacionamento entre a Europa e o continente africano que irá, certamente, permitir uma reflexão conjunta sobre os desafios e os problemas com que os dois espaços se confrontam. A segunda Cimeira África-Europa terá lugar em Lisboa no ano 2003.

A região ocidental de África é, neste momento, uma das nossas maiores preocupações no continente. A situação em Casamansa no Senegal. O recente conflito na Guiné-Bissau, em relação ao qual o país começa agora a recuperar. Os graves conflitos na Serra Leoa e na Libéria. O problema dos refugiados daí decorrente e suas consequências, nomeadamente para a Guiné-Conakry. A instabilidade nas regiões fronteiriças de todos estes países.

A continuação e o potencial alastramento destas tensões e conflitos ameaça seriamente a segurança de toda esta sub-região da África Ocidental, o que teria graves consequências nos planos político, económico e humanitário. É, pois, necessário, enquanto é tempo, uma maior atenção da comunidade internacional a esta sensível região de África.

Relativamente a Angola, lamentamos profundamente a continuação da guerra. Consideramos que tal se deve ao incumprimento dos acordos de paz – Bicesse e Lusaka e à violação das pertinentes resoluções do Conselho de Segurança da ONU por parte da UNITA. Em nossa opinião, aqueles instrumentos continuam a ser o quadro de referência para a procura de uma solução política do conflito angolano.

Congratulamo-nos com o reforço do regime de sanções à UNITA e reiteramos o nosso empenhamento em cooperar com o Comité

Continua na página seguinte

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

de Sanções.

Consideramos que a presença das Nações Unidas em território angolano continua a ser fundamental, tanto do ponto de vista humanitário como político. Só assim, as Nações Unidas poderão apoiar activamente qualquer solução política que se venha a desenhar.

Por último, felicito, também a intenção do Governo de Angola de organizar e realizar eleições em 2001. A promoção dos valores de tolerância e diálogo e dos princípios democráticos é essencial para garantir uma paz duradoura.

Uma ano após a realização da consulta popular em que o povo de Timor-Leste exerceu finalmente o seu direito à autodeterminação, as Nações Unidas enfrentam agora um novo desafio. Administrar Timor-Leste no período de transição e lançar as bases necessárias ao funcionamento do novo Estado independente e democrático,

futuro membro da ASEAN e da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), que se espera esteja em condições de vir a ser admitido na ONU a partir de 2001.

Portugal sempre apoiou e continuará a apoiar Timor-Leste. O montante global da nossa ajuda, não incluindo a nossa participação na componente militar e policial da UNTAET, atingirá este ano cerca de 50 milhões de dólares, estando previsto o mesmo nível de ajuda para 2001 e 2002.

Muito está ainda por fazer, mas a competente liderança de Sérgio Vieira de Mello e as excepcionais qualidades de Xanana Gusmão permitem-nos olhar para o futuro com optimismo.

Os trágicos acontecimentos em Atambua, do passado dia 6 de Setembro, em que perderam a vida três funcionários do ACNUR, e que merecem a condenação unânime da comunidade internacional, testemunham a

impunidade com que as milícias actuam em Timor Ocidental.

Dois dias depois registaram-se novas acções das milícias junto da fronteira que conduziram à morte de 11 pessoas, agora de nacionalidade indonésia, colaboradores de várias ONG internacionais.

Congratulamo-nos com a rápida resposta do Conselho de Segurança ao adoptar a resolução 1319 e ao decidir enviar uma missão de avaliação a Timor Ocidental.

O novo Governo democrático da Indonésia tem mostrado uma atitude globalmente cooperante. Chegou o momento de honrar o seu compromisso de restabelecer a lei e a ordem em Timor Ocidental, desarmando e desmantelando as milícias. A sua manutenção, para além de desestabilizar o processo de transição em Timor Ocidental, é agora uma afronta às autoridades civis e militares indonésias, perturbando a consolidação do regime democrático no país.

Pela nossa parte, estamos disponíveis para trabalhar com o Governo indonésio, ajudando-o a resolver este problema. Foi esse espírito que o primeiro-ministro de Portugal aqui propôs na passada semana um pacto de estabilidade para Timor Ocidental. Será com esse espírito que participaremos na Cimeira Quadripartida a realizar proximamente em Jacarta reunindo representantes de alto nível da Indonésia, Timor Ocidental, Austrália e Portugal.

Garantir a paz, combater a pobreza, proteger o ambiente, assegurando um futuro melhor para as gerações vindouras; este é o nosso dever nesta viragem de milénio.

Só em democracia, podem os Governos responder a estas aspirações das nossas sociedades. Só umas Nações Unidas reformadas e cada vez mais democráticas nos podem ajudar neste desafio comum.

Discurso do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros na 55ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

TRIBUNAIS

António Costa

PASSO A PASSO



Como todos os anos a 15 de Setembro, os tribunais regressam amanhã à plena actividade, momento azado para um olhar prospectivo, partilhado com os cidadãos, sobre um conjunto de factos, de natureza quantitativa, que marcarão este novo período de trabalho.

Quanto aos primeiros, merece destaque o substancial reforço de recursos humanos de que o sistema beneficiará, num movimento repartido entre o dia de amanhã e 1 de Janeiro próximo, que conjugará o preenchimento de novos lugares do quadro de magistrados, com incidência na instrução criminal, nos tribunais de família e menores e nos tribunais cíveis das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se concentram 80 por cento dos processos pendentes nos tribunais portugueses, com a contratação de juizes auxiliares afectos à recuperação de pendências e de assessores que as previnam.

Entram também amanhã ao serviço 1036 novos funcionários judiciais, estando assegurado pelo novo grupo já em formação que em Janeiro serão preenchidas as cerca de 80 vagas que ainda ficarão abertas nos quadros. Então, pela primeira vez em muitos anos, os quadros estarão integralmente providos.

Serão, contudo, as medidas de simplificação processual que entrarão em vigor em 1 de Janeiro que marcarão mais profundamente este período de trabalho, eliminando alguns dos mais importantes pontos de bloqueio do sistema e favorecendo a modernização e racionalização dos seus meios. Em primeiro lugar, as novas regras sobre a marcação de audiências e adiamentos. Só poderão ser agendadas para cada dia as diligências que o tribunal tenha efectivas condições de efectuar. Pondo-se termo à prática comum de marcação em série na previsão do seu generalizado adiamento, é exigida uma drástica redução das diversas causas de adiamento. As audiências deixarão de poder ser marcadas com uma antecedência superior a três meses, de modo a assegurar

que qualquer adiamento que se torne inevitável encontre espaço livre na agenda do juiz, o que, desde logo, desincentiva as práticas dilatórias.

Importa não esquecer que as testemunhas são as únicas pessoas que comparecem em tribunal exclusivamente no cumprimento do dever cívico de colaborar na administração da justiça, sem qualquer interesse na causa e sem estarem a cumprir uma obrigação profissional, pelo que têm de merecer todo o respeito da comunidade judiciária, não podendo ser sucessivamente incomodadas com inúteis e frustrantes deslocações ao tribunal sem que sejam ouvidas.

Em segundo lugar, agilizam-se as formas de depoimento das testemunhas. Desde logo, substituindo o depoimento por carta precatória pelo depoimento por videoconferência. Assim evita-se a paralisação do processo a aguardar cumprimento da carta precatória, a perturbação de um outro tribunal com o seu cumprimento e melhora-se a qualidade do depoimento, que passa a ser prestado directamente perante o tribunal da causa e na própria audiência. Por outro lado, facilita-se o recurso, já previsto, ao depoimento por escrito ou telefónico, sempre que a testemunha não possa comparecer e cria-se uma nova forma de inquirição, por acordo das partes, no escritório dos seus mandatários.

Em terceiro lugar, criam-se condições que favorecem o uso generalizado das novas tecnologias na vida judicial. É um caminho decisivo, e que a experiência das secretarias de injeção permite encarar com optimismo, já se tendo atingido a taxa de 80 por cento de petições aí apresentadas em suporte digital, tendo recentemente dado entrada as primeiras mil petições por correio electrónico.

Em quarto lugar, abre-se a porta para os estabelecimentos, laboratórios e serviços oficiais, confiarem a terceiros devidamente credenciados as perícias que lhes são solicitadas, sempre que não tenham condições para as realizar no prazo fixado pelo tribunal. Trata-se não só de eliminar um factor de bloqueio do andamento do

processo, como de assegurar um uso mais racional de meios. Evitar, designadamente, que o Laboratório de Polícia Científica veja limitada a sua capacidade de resposta nas investigações criminais pelas inúmeras solicitações de perícias para processos cíveis, como os incontáveis exames de escrita manual solicitados em embargos de executados por cheques sem provisão.

Em quinto lugar, retira-se aos tribunais um conjunto de tarefas administrativas que com vantagem podem ser desempenhadas por terceiros.

Desde a apreciação dos pedidos de apoio judiciário que, como qualquer outra prestação social, pode ser tramitada nos serviços de segurança social, às transcrições das gravações, que podem ser contratadas no mercado, passando pelo sucessivo cálculo de preparos, que beneficiarão de uma tabela prática para autoliquidação pelas partes.

Só a título de exemplo, o novo regime de citações e notificações permitirá que as secretarias de serviços externo se dediquem em exclusivo à execução de penhoras, dando um novo impulso à recuperação das muitas acções executivas que se encontram pendentes.

Em sexto lugar, o novo regime de citação, restringindo o recurso à carta registada com aviso de recepção e permitindo a citação por via postal simples quando aquela se frustrar, recorrendo às moradas constantes dos serviços de inscrição e actualização obrigatórias, como a identificação civil, o fisco, a Segurança Social e a Direcção-Geral de Viação. Põe-se assim termo à prática generalizada do não levantamento da citação na estação de correio, que conduz à frustração de 40 por cento das citações e que permite paralisar os processos logo no seu primeiro movimento. Assim como libertam os agentes da PSP e da GNR da realização de centenas de milhares de diligências por ano. O conjunto destas alterações, em particular as que respeitam à citação, suscita naturais receios e perplexidades em parte importante da comunidade judiciária. Mas não podemos ignorar que a eficiência de um sistema, que

em quatro anos viu duplicar as acções declarativas e triplicar as acções executivas, não se obtém exclusivamente pelo reforço de meios, que nunca poderão acompanhar este ritmo, mas terá de se buscar nos seus aspectos qualitativos como a simplificação dos rituais processuais que, na essência, remontam ao (já quase antepassado) século XIX.

É, por isso, que o próximo ano assistirá também ao desenvolvimento acelerado de três outros vectores decisivos do ponto de vista qualitativo.

O processo de informatização, que tem o seu cronograma de execução definitivamente fixado e prevê a implantação integral das redes até Setembro de 2001 e a instalação das aplicações até 31 de Dezembro desse ano; a reforma da administração do sistema de justiça, com o processo de recrutamento e formação dos administradores dos tribunais calendarizado para a sua entrada ao serviço nos primeiros 21 tribunais até 31 de Dezembro de 2001; o desenvolvimento de meios extrajudiciais de prevenção e resolução de litígios, de que a próxima entrada em vigor do novo regime de prémios de seguro e a instalação do centro de arbitragem de danos materiais emergentes de acidentes de viação são importantes exemplos, a que a conclusão dos trabalhos parlamentares sobre os julgados de paz dará, por certo, um novo e decisivo impulso.

Este novo período de trabalho será assim marcado e acompanhado da execução de uma estratégia clara de combate à morosidade processual, articulada em cinco vectores: reforço de meios; melhor administração; combate às pendências acumuladas; criação de meios alternativos; simplificação processual.

É uma estratégia que não promete milagres, mas um trabalho responsável, persistente, rigoroso, calendarizado, e executado passo a passo, norteado pela afirmação da justiça ao serviço da cidadania e do desenvolvimento.

In -Diário de Notícias-, dia 14 de Setembro 2000



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Música em Abrantes

A autarquia local tem preparado um programa de actividades destinado a comemorar o Dia Mundial da Música, que se celebra a 1 de Outubro. Este programa insere-se igualmente na iniciativa «Música do Milénio» e contará com um conjunto de espectáculos, o primeiro dos quais acontece já na próxima terça-feira, dia 26, com o pianista Saoling e na quarta, dia 27, com os 4 Portango. Para além destes eventos, decorrerá, nas escolas do concelho e na Biblioteca Municipal António Botto, uma exposição intitulada «Instrumentos Musicais» e uma mostra sobre música. De referir que os espectáculos previstos serão realizados no Auditório da Santa Casa da Misericórdia, a partir das 21 e 30.

Turismo em Albufeira

O Festival «Millenium Algarve» vai passar pela cidade, amanhã e no sábado, com dois espectáculos a realizar no campo de golfe dos Salgados, com a participação de cantores e bandas, nacionais e estrangeiros, de que destacamos as Azúcar Moreno (22) e Enrique Iglesias (23). No Festival, que arranca às 21 horas, participarão também os Anjos, D'Arasar, Melão, Gipsyland e João Portugal. A Câmara Municipal assinala o Dia Mundial do Turismo, em 27 de Setembro, com a distribuição de mais de um milhão de rosas aos turistas de vista à cidade. Para além desta iniciativa, a autarquia assinala a data com uma arruada com banda de música e um espectáculo de folclore e música popular. Na arruada, marcada para a avenida Sá Carneiro, participa a banda da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderno, enquanto os espectáculos de animação vão contar com a presença do rancho folclórico infantil de Albufeira e o grupo de música popular José Praia e Água Viva.

Harpa e canto em Coimbra

O Ciclo de Encontros com a Música – Música em Diálogo – volta à Casa Municipal da Cultura sob a batuta do maestro José Atalaya. Na sessão pedagógica para o 3º Ciclo do Ensino Básico, que decorre amanhã (entre as 16 horas e as 17 e 30), estarão em destaque a harpa e o canto, com as presenças de Andrea Marques e Charlotte Rylatt. No dia 25, pelas 21 e 30, haverá um concerto de harpa e canto, na Igreja do Museu Nacional Machado de Castro, com a interpretação das referidas figuras. A Feira das Velharias abre sábado, dia 23, entre as 9 e as 19 horas, na Praça Velha. As Galerias do Átrio e do Jardim acolhem, até ao dia 6 de Outubro, uma exposição fotográfica evocativa do centenário do falecimento de Eça de Queirós, incidindo sobre a vida do escritor enquanto

estudante em Coimbra e a presença da mesma cidade na sua obra.

Gerações em Fafe

O barítono Vaz de Carvalho actuará, amanhã, a partir das 21 e 30, no Estúdio Fénix, no âmbito de um espectáculo inserido no curso «Interpretação da Ópera. A Semana do Idoso começa na próxima segunda-feira, dia 25, com a inauguração da exposição «Gerações» e um espectáculo de variedades. Na terça será a vez do teatro marcar presença, antecedendo o mini-campeonato de damas, cartas, dominó, malha matraquilhos e um concurso de doçaria que decorrem no dia 27.

Cinema em Guimarães

«O Professor Chanfrado II», de Peter Seagal, com Eddy Murphy e Janet Jackson, é o filme de humor que poderá ver, hoje, no Cinema São Mamede. A partir de amanhã e até ao dia 28, a mesma sala de espectáculos exibirá a película assinada por Andrzej Bartkowiak, «Romeo Deve Morrer». Os desenhos de Engrácia Cardoso estarão em exibição, na Galeria JM Gomes Alves, até à próxima quarta-feira, dia 27.

Recital em Lisboa

Um recital de canto e piano é a sugestão que o Centro Cultural de Belém (CCB) propõe para o serão da próxima quarta-feira. Assim, se pretender ouvir as cantigas de Ana Ferraz e as execuções no piano de Gabriela Canavilhas, vá ao Pequeno Auditório do CCB, no dia 27, a partir das 21 e 30.

Atletismo na Lousã

Se é apreciador(a) de atletismo de montanha não deve perder o primeiro Enduro Serra da Lousã, com partia do

Intermarche, nos dias 23 e 24, sábado e domingo.

Cães em Miranda do Corvo

O IV Encontro Canino realiza-se, no próximo domingo, dia 24, no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, a partir das 14 horas.

Teatro em Portalegre

A Companhia de Teatro de Portalegre promove até ao dia 28 de Outubro, a décima edição do Festival Internacional de Teatro, no qual participam companhias profissionais de Portugal, Espanha e Brasil. O cartaz inclui companhias como o «Teatro Focus», de Lisboa, «Centro Dramático de Évora» (CENDREV), «Teatro em Movimento», de Bragança, «Teatro das Beiras», da Covilhã, «Teatro del Norte», de Espanha, e «Cia das Artes», do Brasil. Os espectáculos teatrais, com textos de Norberto Ávila, Lobo Antunes, Tennessee Williams, e Rafael Alberty, entre outros, contam com duas sessões diárias: 19 horas, na Igreja de São Francisco; e 21 e 30, no Cine-Teatro Cristal.

Conferência em Portimão

«A acessibilidade à Internet para pessoas com dificuldades especiais» é a conferência, a cargo de Francisco Godinho, que decorrerá amanhã, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes. A mostra de fotografia da Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo espera por si, até ao dia 28, entre as 18 e as 24 horas, todos os dias, na Junta de Freguesia de Alvor

Ópera no Porto

«Ópera depois da última» é o título genérico da conferência que Augusto Seabra proferirá este domingo, dia 24, às 17 horas, na Sala Multiusos do Auditório Serralves.

Tango em Vila do Conde

Os actores Gustavo Naveira e Giselle Anne, protagonistas do filme «Lição de Tango», de Sally Potter, participam no I Encontro Internacional de Tango Argentino, que se realiza a partir de amanhã e durante o fim-de-semana na vila. Organizado pela autarquia local e por um grupo de «amigos do tango», o encontro terá também a participação da Orquestra Sexteto Veritango e dos bailarinos argentinos Leo Calvelli, Eugénia Usandivaras, Cláudio Asprea e Agustina Videla. O programa integra, além dos espectáculos e baile, cursos de dança inspirados na música que Gardel e Piazzolla immortalizaram.

SUGESTÃO

MADAME SADE

De quarta-feira a sábado, às 22 horas, todas as semanas até ao dia 14 de Outubro, poderá apreciar, no Teatro Taborada, a peça de Yukio Mishima, «Madame Sade». Trata-se de uma adaptação homónima de um dos mais famosos textos teatrais do escritor, poeta e dramaturgo japonês, a partir da versão castelhana de Francisco Melgares. Através do relato dos acontecimentos que marcaram 18 anos da vida de Renée de Sade, esposa do lendário Marquês de Sade, Mishima pinta um retrato dos intuídos, do fascínio e da obscuridade da obra de Alphonse Donatieu (o Marquês). Com tradução e encenação de Pedro Penim; interpretação de André Teodósio, Carlos Alves, David Dias, Paula Diogo, Sandra Simões e Sofia Serrão; «Madame Sade promete tornar o serão da assistência inesquecível.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Horas de Saudade

Vou de luar em rosto, descontente:
Meus olhos choram lágrimas de sal.
– Adeus, terras e moças do casal,
– Adeus, ó coração da minha gente.

A hora da saudade é uma serpente:
Quero falar, não posso, e antes que fale,
Ela enlaça-me a voz tão cordial
Que as coisas mais me lembram fielmente.

Olhos de amora, e uma ave na garganta
Para enfeitigar a alma quando canta,
Moças com sua parra de avental;

Graça, Beleza, um verso sem medida,
A Saudade desterrou-me a vida...
Sou um eco perdido noutra vale.

Afonso Duarte

DANÇA FLAMENCA

Joaquín Cortés

29 de Setembro – 21h30
30 de Setembro – 16h30 e 21h30.

Coliseu dos Recreios
LISBOA



OS PORTUGUESES, A ALEMANHA E A EUROPA

1. A presença dos emigrantes portugueses na Alemanha tem vindo a tornar-se mais activa, tendo mudado a sua composição social e económica. Esta evolução conduziu nomeadamente a que já existam cerca de 8.000 empresários portugueses na Alemanha, entre as centenas de milhares de emigrantes portugueses, na sua grande maioria trabalhadores por conta de outrem.

Em 17 de Setembro, em Hannover, a VPU – Federação dos Empresários Portugueses na Alemanha, presidida pelo dr. Daniel Branco, promoveu um Encontro que permitiu identificar e analisar as perspectivas de cooperação económica luso-alemã, com a participação de deputados portugueses (eu próprio e Carlos Luís), do vice-presidente do Grupo de Amizade Luso-Alemã do Parlamento Federal Alemão, do Embaixador Nunes Barata, do Vice-presidente do ICEP Rui Valente, da Comissária Simonetta Luz Afonso e de quadros e empresários alemães e portugueses na Alemanha, bem como de representantes de Associações Empresariais Portuguesas. Neste contexto, sublinho a importância do protocolo assinado entre a Federação dos Empresários Portugueses na Alemanha e a Associação Industrial do Minho, a qual

está já a desenvolver um conjunto de actuações na Alemanha e a perspectivar outras. Esta é também uma das formas de construir a Europa.

2. Construir a Europa é também o que pretende, e de que maneira, Jacques Delors. E não se escusou a clarificar as suas posições actuais, em exposição apresentada no dia 18 de Setembro perante a Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, com a participação de representantes de parlamentos nacionais, entre os quais eu próprio.

Algumas das propostas de Delors são discutíveis ou até contestáveis. Mas a forma como evidenciou que a pretendida União Económica e Monetária é actualmente apenas uma União Monetária é brilhante. Criticou também Delors a falta de eficaz coordenação das políticas económicas dos Estados-membros da União Europeia, defendendo também, o que será discutível, que se concentre na Comissão (segundo Delors, no seu presidente) o papel de responder política e publicamente por uma coordenada estratégia europeia.

É claro, do nosso ponto de vista, que não só o processo de integração económica

europeia a leste como a superação consolidada da crise dos combustíveis na Europa e até a reequilibragem do valor cambial do EURO serão (ou seriam) facilitados com uma coordenação económica real e visível, que constitua a contrapartida e o complemento da integração monetária e financeira, que essa sim, se consolida progressivamente, nomeadamente através do funcionamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

3. A moção de Durão revela mais uma vez as suas debilidades estratégicas e evidencia a sua inabilidade política. A sua moção não abala o Governo. Mas, apesar disso, hoje nenhum exagerado optimismo será benvindo. A remodelação governamental ajudará a um novo fôlego, poderá certamente abrir um novo ciclo político mas há escolhos no caminho, evitáveis com habilidade mas reais, na sua consistência e visibilidade. Como dizia Seneca: "para quem não sabe para onde vai, não há ventos favoráveis". Não é felizmente o nosso caso!

Com determinação e realismo, faremos o nosso caminho, seguiremos o nosso rumo. Na concretização do mandato eleitoral recebido!

«A República defende-se com ideais republicanos. Em política não há milagres, há vontade. O novo ciclo deve, assim, ser visto como um recobrar de energias»
Guilherme d' Oliveira Martins
Público, 17 de Setembro

«Não se confunda neoliberalismo com regulação económica e ambição social. Alie-se liberdade, autonomia, confiança, solidariedade e coesão»
Idem, ibidem

«Uma política sem princípios estará votada ao fracasso»
Idem, ibidem

«Não tenho nenhum apetite pelo cargo de secretário-geral do PS. Mas não digo desta água não beberei»
João Soares
Focus, 18 de Setembro

«É muito provável que me recandidate à Câmara Municipal de Lisboa. Não deve haver nenhum cargo tão gratificante como este»
Idem, ibidem

«(As Ordens) não podem funcionar como se fossem "sindicatos oficiais" ou "grupos de interesse de direito público". Infelizmente, porém, é isso que por vezes sucede entre nós»
Vital Moreira
Público, 12 de Setembro



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA, Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz